

QUALIFICAÇÃO & TRABALHO: REFLEXÕES SOB A ÓTICA DA GLOBALIZAÇÃO

Euza Antonia dos SANTOS¹

RESUMO: Neste trabalho pretende-se fazer uma abordagem de algumas dimensões: o elemento trabalho; a relevância do mesmo na vida do ser humano; a qualificação do trabalhador face à transformação tecnológica e a integração de mercados, que produzem, atualmente, uma mudança paradigmática no emprego. O presente estudo fundamenta-se, ainda, no argumento de que, dentre os inúmeros fatores sociais, há outros elementos importantes a observar quando se analisa a questão da desqualificação e do desemprego. Ressalta-se, contudo, que as profissões mudaram por causa do modo de produzir do século XX e deste início do século XXI. Essa mudança, aliada ao crescente discurso do despreparo do trabalhador face às atuais exigências do mercado de trabalho, exige uma reflexão.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Qualificação. Emprego. Trabalhador.

Introdução

É preciso reavivar a memória para refletir sob as perspectivas das relações de trabalho neste Século XXI. Em nossas reflexões históricas, começaremos expondo o significado da palavra **trabalho** e sua função social. Procuraremos abordar as relações de trabalho contemporâneas, culminando com questionamentos acerca da centralidade do trabalho no atual contexto plural e transnacional.

Numa sociedade que cresce em pluralidade e em relações que se expandem de forma globalizada, observa-se que o elemento trabalho sofreu impactos significativos com as mudanças tecnológicas. Atualmente, observa-se ainda que vários pesquisadores têm se debruçado sobre a temática da qualificação e trabalho. É objetivo aguçar a reflexão sobre a importância da qualificação para o trabalho, considerada, atualmente, como de fundamental importância face às atuais mudanças no mercado de trabalho. Tal análise reveste-se de importância uma vez que - mais especificamente no Brasil - as exigências para contratação de pessoal têm crescido, e o nível de emprego, particularmente na indústria, decrescido em níveis alarmantes, com ênfase nas tarefas operárias, mais sujeitas à automação. Neste sentido pergunta-se: estaria o processo de reestruturação produtiva a que estamos sendo submetidos exigindo novas qualificações? Qualificar seria o

¹ Especialista em Políticas Públicas. UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte - MG – Brasil. 31910-790 - euzetec@yahoo.com.br.

caminho mais viável para reduzir o desemprego? O que se caracteriza como qualificação ou desqualificação? Busca-se neste trabalho ampliar esta discussão.

O trabalho e a sociedade

Historicamente, o conceito trabalho, desde o *tripalium*, Tesch (1998, p.77) “ferro usado pelos romanos para marcar o escravo”, sofreu diversos enfoques e significados. De acordo com o autor, na Grécia Antiga o trabalho não era atividade própria dos cidadãos. No Brasil, até 1886, o trabalho era atividade para escravos, ao menos o trabalho manual. Ainda lembrando o mesmo autor, o trabalho escravo era considerado tão legal quanto o trabalho assalariado, ao qual a maioria dos indivíduos atualmente se subordina.

Pressupondo-se exclusivamente o trabalho humano, como na acepção de Marx (1968) em *O Capital*, o trabalho é atividade resultante do dispêndio de energia física e mental, direta ou indiretamente voltada à produção de bens e serviços, contribuindo para a reprodução da vida humana, individual e social.

Com efeito, o homem trabalha para suprir suas necessidades; as suas e as da sociedade em que vive. Oferece a seus semelhantes o que sabe fazer melhor e deles recebe o que precisa para sobreviver satisfatoriamente. Nesse sentido, pode-se definir a função social do trabalho: uma troca de habilidades, competências e objetivos entre os indivíduos.

Marx aponta que as relações de produção capitalistas constituem relações de produção de valores de troca (mercadorias), tendo em vista a acumulação de capital, através da expropriação da mais-valia gerada pela força de trabalho no processo capitalista de produção. A expressão trabalho, baseado na relação capitalista, significa separação entre a força de trabalho e a propriedade dos meios de produção. Nessa perspectiva, a venda da força de trabalho torna-se a única alternativa do trabalhador livre para obter, através do salário, sua sobrevivência. Marx distingue as noções de trabalho, força de trabalho e trabalhador: o capitalista compra, no mercado de trabalho, a força de trabalho, capacidade de trabalho, e não o trabalho realizado. Neste sentido, a força de trabalho torna-se, na sociedade capitalista, uma mercadoria, mas o trabalhador não. Embora seja o trabalhador quem produza, não são dele os meios de produção – as máquinas, os instrumentos e as técnicas de trabalho. Os meios de produção pertencem ao empregador, para quem o trabalhador

vende sua força física e mental, em troca de um salário que não corresponde àquilo que ele realmente produziu.

A sociedade mudou fundamentalmente seu modo de vida com o surgimento das máquinas que revolucionou completamente as relações de trabalho no mundo.

A partir da Revolução Industrial, o trabalho tornou-se o princípio organizador das relações sociais e, portanto, o meio pelo qual os indivíduos adquirem existência e identidade social pelo exercício de uma profissão. De acordo com Arendt (1983) e Silva (1995), a sociedade industrial se definiu como uma sociedade de trabalhadores.

De acordo com Dedecca (1984), o termo Revolução Industrial foi empregado pela primeira vez na Inglaterra por Toynbee como forma de denominar um período de profundas alterações na estrutura econômica da sociedade inglesa – 1760 a 1830. Ainda sob a perspectiva do mesmo autor, o termo **revolução** aponta para a transformação repentina e não evolutiva da sociedade; com a introdução das máquinas, houve um rompimento total com a estrutura de produção anterior. E o termo **industrial** é utilizado para definir a maneira como os produtos eram produzidos.

No entanto, Marques (1999), afirma que: “No limiar do século XXI, os avanços da tecnologia microeletrônica, racionalização de técnicas organizacionais do processo de trabalho, produção enxuta e especialização, em um contexto de competição capitalista global, coloquem em cheque a centralidade do trabalho.”

Neste sentido, observa-se que, após o predomínio da sociedade industrial, o trabalho passa a assumir um conteúdo crescentemente intelectual, em detrimento do conceito de trabalho físico e manual. E as empresas, auxiliadas pela tecnologia, passaram de nacionais a transacionais. As distâncias encurtaram e o mundo tornou-se cada vez mais semelhante. De acordo com os estudiosos do assunto, tais efeitos na sociedade do trabalho vêm se apresentando como devastadores. Observa-se um crescimento descontrolado dos níveis de desemprego e ausência de políticas públicas para ampliar a oferta de trabalho.

Três eixos se destacam na nova conjuntura: a revolução tecnológica, as mudanças organizacionais e as mudanças no mercado de produtos.

Nessa perspectiva, Crivellari (1998), aponta que “A nova ordem produtiva [...] caracteriza-se pelo uso crescente das “tecnologias de informação” e de novas formas de organização do trabalho, onde os grupos assumem papel relevante em contraposição ao princípio taylorista/fordista: um homem, uma tarefa, um posto de trabalho.”

Marques (1999) questiona o fato de, atualmente, termos uma sociedade que necessita sobreviver dos frutos do seu trabalho, mas que vive sem trabalho e a centralidade do mesmo na vida dos indivíduos:

[...] o avanço da pesquisa e tecnologia global [...], crescentemente dispensam o trabalhador como produtor imediato, privilegiando outras atividades e papéis sem que, concomitantemente, tenham os trabalhadores meios de se adequar ao exigido contexto, onde há escassez de políticas públicas prospectivas e criativas para tal adequação - uma realidade sem trabalho, onde há que ser repensado o papel de centralidade do mesmo na vida social – e em última análise, garantidor da sobrevivência humana.

Nessa perspectiva, cumpre-nos falar sobre a qualificação para o trabalho, tão amplamente discutida.

A qualificação para o trabalho

As economias globalizadas apresentam um quadro em que o emprego se precariza, os salários se reduzem e as taxas de desemprego se elevam, ao tempo em que se observa um aumento expressivo nos investimentos em educação e formação profissional, como estratégia para garantir empregos e salários gratificantes. No entanto, observa-se que tais investimentos são insuficientes.

Na idéia de qualificar observa-se que está presente um processo comparativo com a situação anterior. Ou seja, atualmente, qualificado é aquele trabalhador que detém os novos conhecimentos e habilidades exigidos pelo mercado de trabalho. E, desqualificado, seria aquele (trabalhador) não possuidor das novas habilidades. Exige-se que o trabalhador esteja apto a desempenhar diversas atividades diferentes.

E que habilidades são essas?

Sob a ótica de Machado (1998) e Hirata (1998) os elementos aparentemente novos no mercado de trabalho seriam a **politecnia** (conhecimento de diversas áreas); a **polivalência** (capacidade de assumir diversas tarefas) e a **policognição** (habilidade de lidar com conhecimentos de áreas diversas). De acordo com os autores citados, essas novas habilidades levariam o trabalhador a desempenhar atividades mais variadas, assumindo maior responsabilidade, obtendo maior qualificação, melhores condições de trabalho e satisfação.

No entanto, alguns autores, dentre eles Piore e Sabel (1984), Freeman e Pérez (1988), Kern e Schumann (1984), afirmam estar a reestruturação produtiva gerando uma tendência de requalificação do trabalhador. Outros autores defendem estar ocorrendo uma desqualificação dos trabalhadores, devido à reestruturação produtiva, dentre eles destaca-se aqui Braverman (1977) e Harvey (1998).

Nesse processo, observa-se que ocorre uma desvalorização do que anteriormente era considerado satisfatório para o trabalhador, se ocupado, continuar trabalhando e, para o desempregado, buscar uma nova oportunidade de trabalho.

De acordo com Leite (1997)

[...] qualquer proposta de qualificação ou reciclagem de mão-de-obra que vise seja a diminuição do número de desempregado, seja a melhoria dos empregos existentes, só tem sentido em conexão com uma política de geração de emprego e renda que efetivamente se proponha a enfrentar as tendências disruptivas do mercado de trabalho atual.

Conclusão

O mundo contemporâneo é o mundo da globalização devido à projeção da imagem e da comunicação humana. Atualmente o mundo não é uma nação, mas sim um todo sem fronteiras. Nesse cenário, a internet e a moderna comunicação desconhecem limites, provocando mudanças significativas nas relações de trabalho – exigindo mão-de-obra abundante e especializada - e nos hábitos das pessoas. Como o jeito de trabalhar mudou, profissões evoluem, desaparecem ou surgem, a todo momento. Há novas formas de administrar o trabalho; há novos equipamentos, métodos e produtos. Às novas formas de realizar o serviço, exige-se, do trabalhador, novos conhecimentos, novas competências, uma nova postura. Por outro lado, face às novas exigências, observa-se que a classe trabalhadora busca se adequar para estar à altura do novo paradigma: procura vencer suas limitações e vai ao encontro do novo; busca vencer as barreiras que impedem seu crescimento pessoal e profissional.

Ao crescimento pessoal soma-se o profissional: o cidadão que sai em busca de trabalho é o mesmo que vive em sociedade. Por isso, é preciso que ele seja crítico, solidário, consciente de seus

deveres e responsabilidades. Que possa dominar os conhecimentos necessários para transitar, com desenvoltura, no mundo globalizado.

De fato, as crescentes mudanças nos hábitos e comportamentos do trabalhar, obriga-nos a repensar o conceito de “ter trabalho” e “ter emprego”.

“Ter trabalho” significa dizer que o cidadão possui uma atividade lucrativa com a qual, em tese, garante sua sobrevivência. O **ter emprego** remete-nos à outra análise: o cidadão possui um vínculo empregatício e, em consequência, um contrato de trabalho, carteira assinada e todos os benefícios legais, tais como carteira assinada, 13º salário, férias, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e outros benefícios que porventura a empresa na qual trabalha possa lhe proporcionar.

Mas, quais as perspectivas do ser humano ante a constatação da inexistência de trabalho para todos? E uma vez que não há trabalho para todos, como as pessoas adquirirão existência e identidade social através do exercício de uma profissão? Estas e muitas outras questões são colocadas e necessitam, urgentemente, de uma resposta adequada ao momento histórico em que vivemos. São questões complexas que pairam na mente das pessoas e de diversos estudiosos do assunto, mas inexistem, no presente trabalho, a pretensão de respondê-las.

Essa realidade sem trabalho e, ao mesmo tempo, exigindo alta qualificação **para o trabalho**, exige de toda a classe trabalhadora um novo jeito de ver o mercado de trabalho e com ele se relacionar. Há que se repensar o espaço onde se realiza o trabalho, as diversas formas de realizá-lo, bem como o perfil requerido para o novo trabalhador.

Que as lutas da classe trabalhadora não tenham sido e não sejam em vão. É por isso que cabe a todos nós trabalhadores, buscar sensibilizar os canais competentes no sentido de que propiciem os meios necessários para que haja emprego para todos; que haja condições adequadas no trabalho para todos; que haja igualdade de oportunidades para todos e que, nessa realidade sem trabalho, possa ser repensado o papel da centralidade do mesmo na vida de todo e qualquer cidadão. Que os frutos do trabalho possam, efetivamente, garantir dignidade e sobrevivência àqueles que dedicam parte da sua vida à esta nobre atividade: trabalhar.

Qualification and work: reflections on ethic of globalization

ABSTRACT: *This paper intends to present on na approach some topics: the work; the importance of this on the human being's life; the worker's qualification to face the technological development and the integration of the market, wich produces, nowadays, a paradigmatic change on the jobs. This research is also based on the argument that, among the numberless social factors, there are other important elements to observe when analyzing the disqualification and unemployment questions. Though, it is important assert that the occupations changed because the production way of the 20th century and of this 21th century start. This change, allied to the growing discourse of the worker unfitnes to face the present demand of the job market, requires a reflection.*

KEYWORDS: *Work, qualification, job, worker.*

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CRIVELLARI, H. M. T. **A trama e o drama do engenheiro: mudança de paradigma produtivo e relações educativas em Minas Gerais**. 1998. 264f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas à Educação)-Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

DEDECCA, E. S. **O nascimento das fábricas**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FREEMAN, C.; PÉREZ, C. Structural crises of adjustment: business cycles and investment behavior. In: DOSI, G. et al (Ed.). **Technical change and economic theory**. Londres: Pinter Publishers, 1988. p.38-66.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 7.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

HIRATA, H. Reorganização da produção e transformações do trabalho: uma perspectiva norte/sul. In: CARVALHO NETO, A. M.; CARVALHO, R. A. (Org.). **Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90**. Belo Horizonte: IRT/PUC-MG, 1998. p.39-57.

KERN, H.; SCHUMANN, M. Kontinuität oder Pfadwechsel? Das deutsche Produktionsmodell am Scheideweg. **SOFI-Mitteilungen**, Berlin, n.26, p.07-15, 1998. Disponível em: <http://webdoc.sub.gwdg.de/edoc/le/sofi/1998_26/kern.pdf>. Acesso em: 23 abr.2009.

LEITE, M. de P. Qualificação, desemprego e empregabilidade. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.11, n.1, p.64-69, 1997.

MACHADO, L. Educação básica, empregabilidade e competência. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, n.3, p.15-31, jan./jul. 1998.

MARQUES, M. C. S. Soberania e crise da sociedade do trabalho: alguns enfoques político-jurídicos. **Direito, Estado e Sociedade**, Rio de Janeiro, v.8, n.15, p.73-93, ago./dez. 1999.

MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Livro I, v.I.

PIORE, M.; SABEL, C. **The second industrial divide**. New York: Basic Books, 1984.

SILVA, J. P. da. A crise da sociedade do trabalho. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n.35, p.168-207, 1995.

TESCH, W. O espaço das cooperativas de trabalho no futuro do mercado laboral. In: **O NOVO paradigma do emprego e o futuro das relações trabalhistas**. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1998. p.75-86. (Pesquisas, n. 10).